O Estatuto da Criança e do Adolescente no contexto da literatura infanto juvenil: contribuições da extensão universitária na promoção dos Direitos Humanos

The Statute of Children and Adolescents in the context of the literature on children and youth: contributions of university extension in the promotion of Human Rights

Cléia Demétrio Pereira[1]
Ana Flávia Garcez[2]

Resumo:

Este texto busca refletir sobre os direitos educacionais de todas as crianças e adolescentes em idade escolar, numa perspectiva de educação inclusiva, mediante as possibilidades de acessar os conhecimentos do ECA, nos processos educacionais, subsidiados pela Lei n.º 11.525, de 25 de setembro de 2007, que obriga os sistemas educativos brasileiro, inserir no currículo do ensino fundamental, conteúdos recorrentes ao ECA. Desse modo, as nossas discussões apresentam ações de extensão desenvolvidas no decorrer de 2017, com profissionais da educação, crianças e adolescentes, tendo como principal eixo de interações, a literatura infanto juvenil, por meio da contação de histórias. O desenvolvimento das ações de extensão foi organizado de forma lúdica, com a contação de histórias e produção de material literário, com foco em intervenções por meio da pesquisa-ação, a partir das contribuições de Thiollent (2009) e envolveu crianças e adolescentes atendidas pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do município de Braço do Norte/SC e, professores da educação básica, dos municípios de Gravatal/SC e Florianópolis/SC.

[1] Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina CEAD/UDESC. Doutoranda em Ciências da Educação, pela Universidade do Minho na especialidade em Desenvolvimento Curricular, Mestre em Educação, Observatório de Práticas Escolares, cleia.demetrio@gmail.com.

[2] Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina CEAD/UDESC. Mestre em Ciências da Comunicação em Processos Midiático, afgarcez74@gmail.com.

Documentos oficiais internacional e nacional sobre os direitos humanos, com ênfase nos direitos das crianças e adolescente foram fundamentais para pensarmos nas ações de extensão, bem como, as contribuições de Abramovich (1997), Ziberman (1981), Vygotsky (1987), Borba (2007), dentre outros, foram importantes para aprofundarmos nos aspectos da literatura infantil e para aprender sobre as questões teóricas que fundamentam as práticas curriculares nos contextos educacionais.

Palavras-chave: Estatuto da Criança e do Adolescente. Literatura infanto juvenil. Extensão Universitária. Direitos Humanos.

Introdução

A garantia dos direitos humanos da criança e do adolescente tem sido marcadamente instituída no Brasil, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), por intermédio da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que reitera os direitos inerente à vida e a seguridade social, sinalizados pela Constituição Federal (Brasil, 1988). Mesmo em vigência, a mais de duas décadas, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Brasil, 1990) vem sendo interpretado sob diferentes óticas, quando se trata de identificar os atores sociais responsáveis pelo que foi chamado de Sistema de Garantias do Direito da Criança e do Adolescente[3].

Uma de nossas intenções, ao propor ações de extensão universitária, foi promover reflexões acerca dos direitos previstos pelo ECA e Rede de Proteção, por constatarmos, em algumas de nossas intervenções que, nos espaços escolares, ainda nos deparamos com profissionais da educação que não se identificam como um dos principais atores desse grande sistema de garantias de direitos. Frequentemente, assistimos nas mídias casos de violação

[3] O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal.

dos direitos de crianças e adolescentes, negligências que tem afetado a formação desses sujeitos, seja na omissão ou até mesmo, na condição de vida e violências de várias naturezas.

Com base nestas e noutras situações, este texto busca refletir sobre os direitos educacionais de todas as crianças e adolescentes em idade escolar, numa perspectiva de inclusão escolar, mediante as possibilidades de acessar os conhecimentos do ECA, nos processos educacionais, subsidiados pela Lei n.º 11.525, de 25 de setembro de 2007, que obriga os sistemas educativos, inserir no currículo do ensino fundamental, conteúdos recorrentes ao ECA. Desse modo, as discussões aqui presentes, apresentam ações de extensão desenvolvidas no decorrer de 2017, com profissionais da educação, crianças e adolescentes, tendo como principal eixo de interações, a literatura infanto juvenil, por meio da contação de histórias.

Nos deteremos, mais especificamente, sob duas ações de extensão. A primeira que desenvolveu o curso 'A alfabetização e o Estatuto da criança e do Adolescente nas práticas curriculares da vida escolar'[4], e, a segunda, ocorreu por meio da Oficina de contação de histórias 'Contando e (re)contando os direitos das crianças e dos adolescentes na educação básica: inclusão, diversidade e cidadania'[5] ambas subsidiadas pelo Paex/UDESC 08/2016.

O desenvolvimento das ações de extensão foi organizado de forma lúdica, com a contação de histórias e produção de material literário, com foco em intervenções por meio da pesquisa-ação, a partir das contribuições de Thiollent (2009) e envolveu crianças e adolescentes atendidas pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do município de Braço do Norte/SC e, professores da educação básica, dos municípios de Gravatal/SC e Florianópolis/SC.

[4] Ação de extensão vinculada ao Programa de Extensão 'Políticas Públicas e Constituição dos Direitos Educacionais no Contexto das Práticas Curriculares' (PAEX nº. 8/2016/UDESC/CEAD), coordenado pela Professora Cléia Demétrio Pereira CEAD/UDESC.

[5] Ação de extensão vinculada ao Programa de Extensão" O Estatuto da Criança e do Adolescente como componente obrigatório no currículo da educação básica: reflexões teóricas e proposições metodológicas" (PAEX nº. 08/2016/UDESC/CEAD), coordenado pela Professora Ana Flávia Garcez CEAD/UDESC.

Documentos oficiais internacional e nacional sobre os direitos humanos, com ênfase nos direitos das crianças e adolescente foram fundamentais para pensarmos nas ações de extensão, bem como, as contribuições de Abramovich (1997), Ziberman (1981), Vygotsky (1987), Borba (2007), Kishimoto (2010), dentre outros, foram importantes para aprofundarmos nos aspectos da literatura infantil e para aprender sobre as questões teóricas que fundamentam as práticas curriculares nos contextos educacionais.

1 Da promoção à garantia dos direitos das criança e adolescentes

Ao retomarmos o campo do direito das crianças e adolescentes, torna-se relevante trazer as contribuições de Phillip Ariès (1981), para compreendermos a essa construção histórica, que coloca em xeque a imagem de crianças, como um adulto em miniatura, sem qualquer sentimento de infância. De acordo com Ariès (1981), até o século XVI, o sentimento de infância era inexistente, mesmo que crianças estivessem presente em todo os marcos históricos da humanidade, porém, sem ser reconhecida como criança. A ideia de sentimento de infância, segundo Ariès (1981), aparece entre os séculos XVII e XVIII, como forma de caracterizar a criança, em sua singularidade de vida humana, diferente do adulto.

Ariès (1981) destaca que, mesmo com tais discussões, crianças e mulheres, eram submetidas ao trabalho exaustivo, pois, além de mão de obra barata, trabalhavam até dezesseis horas diárias, sem quaisquer condições humanas, seja em relação às questões de higiene ou de descanso. A exploração do trabalho das crianças nas fábricas, no decorrer da Revolução Industrial, ao final do século XVIII, foi uma das mais perversas agressões à condição de vida da infância da época, que, infelizmente, ecoa até o momento contemporâneo que vivemos.

As preocupações com tais situações foram recorrentes nos séculos XIX e XX e, com a influência de psicólogos e educadores, a criança, com o sentimento de infância, passa a ter foco no centro da dinâmica social e do seu próprio processo de desenvolvimento, consequentemente, passa ser reconhecida como um sujeito de direitos. Mas foi a partir da

Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), da Declaração dos Direitos da Criança (1959) e da Convenção dos Direitos da Criança (1989) que o ECA (Brasil, (1990) foi instituído no Brasil, que até hoje, busca ser implementado na sua totalidade.

Com base nesse marco conceitual e legal dos direitos das crianças e dos adolescentes, propomos trabalhar nas ações de extensão com a contação de histórias, por meio da literatura infanto-juvenil, nas práticas curriculares, com ênfase nos conteúdos do ECA (Brasil, 1990). Nessa direção, resgatamos a seguir, alguns conceitos relacionados a Literatura Infanto-juvenil e seus reflexos nos processos de aprendizagem sobre os conhecimentos inerentes ao ECA (Brasil, 1990).

2 Contribuições da literatura Infantil no contexto das práticas curriculares

O processo educacional possibilita aos educadores uma variedade de práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento das crianças, tanto em espaços formais como em espaços não-formais. A literatura infantil pode contribuir, de forma significativa e lúdica, no processo de aprendizagem das crianças, considerando o desejo constante do brincar na sua própria formação humana.

> A literatura em especial a infantil, tem uma tarefa fundamental a cumprir nessa sociedade em transformação: a de servir como agente de transformação, seja no espontâneo convívio leitor/livro, seja no diálogo leitor/texto estimulado pela escola. (Coelho, 2009, p.15).

As crianças estão cada vez mais envolvidas com as tecnologias no dia a dia e no cotidiano escolar, o que não podemos generalizar como algo ruim, porém não podemos deixar que os meios eletrônicos tomem lugar dos livros impressos e dos momentos de leitura em grupo, como a roda de leitura que é uma prática pedagógica importantíssima na fase da escolarização das crianças.

Para Coelho (1997), "a história aquieta, serena, prende a atenção, informa, socializa, educa". É uma ferramenta que o professor usa para auxiliá-lo em suas práticas pedagógicas

com intuito de elaborar aulas lúdicas, criativas e que despertem o interesse do educando. Coelho (1997, p. 12) destaca ainda que

> [...] a história é importante alimento da imaginação. Permite a auto-identificação, favorecendo a aceitação de situações desagradáveis, ajuda a resolver conflitos, acenando com a esperança. Agrada a todos, de modo geral, sem distinção de idade, de classe social, de circunstância de vida. Descobrir isso e praticá-lo é uma forma de incorporar a arte à vida [...] (Coelho, 1997, p. 12)

Compreendemos, desse modo, que desde cedo, a criança tenha oportunidades de acesso aos livros e os mais variados contos infantis, como forma de contribuir no processo de desenvolvimento cognitivo e intelectual. O mundo da fantasia e dos contos de fadas para Bettelheim (2002, p. 197) "é a cartilha com a qual a criança aprende a ler sua mente na linguagem das imagens, a única linguagem que permite a compreensão antes de conseguirmos a maturidade intelectual".

A criança amplia sua forma de imaginação por meio de imagens e leituras que permite expressar seus sentimentos, consequentemente, desenvolver seu senso criador e até mesmo, recriar algo que lhe é apresentado. Ao ouvir histórias a criança cria em sua mente um cenário próprio que é traduzido e desenvolvido no momento da brincadeira. Corroboramos com Abramovich (1997, p. 37), ao dizer que as histórias conseguem chegar, por meio da imaginação das crianças, "ao seu coração e à sua mente, na medida exata do seu entendimento, de sua capacidade emocional, porque continham esse elemento que a fascinava, despertava o seu interesse e curiosidade", e este encantamento se reflete na criança, em sua expressão mais fantástica e maravilhosa, do cotidiano infantil, momento em que belo e o tão esperado "faz de conta" acontece.

A criança é capaz de recriar e ressignificar o contexto histórico cultural em que está inserida e incorporar experiências sócio-culturais, na relação com o outro, como destaca Borba (2007). Desse modo, a literatura infantil constitui-se como "fenômeno de criatividade que representa o mundo, o homem, a vida, através da palavra" (Cagneti, 1996, p. 7).

Para Ziberman (1981), a obra infantil leva o leitor a um amplo entendimento da existência, em situações da vida cotidiana além de proporcionar às crianças desenvolver a imaginação, da atenção, da memória e da fantasia. Nessa direção, a literatura infantil torna-se um importante aliada com a contação de histórias, onde "[...] o primeiro contato da criança com o texto é feito oralmente" (Abramovich, 1997, p. 10), assim, quando ouve histórias infantis, trechos bíblicos ou histórias inventadas, contadas pela família. A contação de história estabelece relação entre sujeitos, amplia as interações e a comunicação com o outro. Abramovich (1997) ressalta ainda que a contação de histórias permite despertar o imaginário, quando a criança se identificar com os personagens, e busca soluções (ou não) para os conflitos da vida, ou tenta esclarecer as próprias dificuldades.

Com isso, concebemos a literatura infantil e a contação de histórias como possibilidades de contribuir no desenvolvimento das crianças, nos aspectos psicológicos, sociais, afetivos, em especial, nos processos de aprendizagens dos conhecimentos sobre os direitos fundamentais de crianças e adolescentes.

3 A contação de histórias nas ações de extensão universitária

A contação de histórias desperta uma variedade de sensações por parte dos sujeitos que ouvem e interage com quem conta. Para as crianças em idade escolar, esse momento se transforma num mundo de fantasia e imaginação, pois as possibilita "[...] enxergar com os olhos do imaginário" (Abramovich, 1997, p. 17). Além disso, segundo Kishimoto (2010), a criança desenvolve a capacidade de compreender o mundo e até tomar decisões, a partir de suas escolhas. "A criança, mesmo pequena, sabe muitas coisas: toma decisões, escolhe o que quer fazer, interage com pessoas, expressa o que sabe fazer e mostra, em seus gestos, em um olhar, uma palavra, como é capaz de compreender o mundo" (Kishimoto, 2010, p. 01).

O mundo da fantasia e da imaginação é inerente ao desenvolvimento infantil, assim como o brincar e as interações lúdicas, que interferem diretamente nesse processo de desenvolvimento psicológico. Os estudos de Vygotsky (1987), numa visão histórica e social,

dos processos de desenvolvimento infantil, têm sinalizado que o brincar e as interações lúdicas se constituem em ricas fontes de desenvolvimento e aprendizagens nos processos psicológicos.

É na infância que se desenvolve o gosto pela leitura, momento em que a criança expressa sua imaginação, expõe suas ideias, desejos, sentimentos e até cria possibilidades de como palpar o próprio imaginário. A literatura infantil estimula o senso crítico onde a criança torna-se um sujeito que pensa podendo expressar sua opinião.

Segundo Jolibert (1994, p.14) "não se ensina uma criança a ler, é ela quem se ensina a ler com a nossa ajuda e de seus colegas e dos diversos instrumentos". Oportunizar momentos de leitura com a criança ajuda no desenvolvimento emocional e social, ao ter contato com livros a criança cria uma proximidade com a sua própria imaginação que se torna palpável no momento da brincadeira onde é possível concretizar o que tanto se imaginou.

> As crianças gostam de ouvir histórias e também de fazer comentários. Não gostam de ficar apenas ouvindo, caladas. Querem participar da história. Vão se tornando leitoras, ouvindo, vendo, falando, gesticulando, lendo, desenhando sua história, construindo novas histórias. (Kishimoto, 2010, p. 7).

Compreendemos que o livro utilizado como brinquedo, ajuda as crianças a se apropriar do mundo letrado, pois elas são capazes de recontar histórias, mostrando que as crianças não apenas consomem cultura, mas também são produtoras delas. "A criança é digna de respeito e merece ser tratada como sujeito autônomo que não apenas consome, mas também produz cultura, atribui significado a realidade, lê, interpreta, entende o mundo" (Cabral; Oliveira, 2012, p. 902).

Para Borba (2007, p. 35), as interações com o brincar mobilizam a atividade humana criadora, "[...] na qual imaginação, fantasia e realidade interagem na produção de novas possibilidades de interpretação, de expressão e de ação pelas crianças, assim como de novas formas de construir relações sociais com outros sujeitos, crianças e adultos".

Desse modo, é fundamental que as práticas curriculares, nos contextos educacionais, perpassem pelas práticas literárias e que possibilitem "[...] a expressão lúdica durante as narrativas, a apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, para que a criança possa aproveitar a cultura popular de que já dispõe e adquirir novas experiências pelo contato com diferentes linguagens" (Kishimoto, 2010, p. 06).

4 A pesquisa-ação como caminho metodológico na extensão universitária

Os estudos realizados por meio das intervenções nos contextos educacionais em que foi desenvolvido as ações de extensão, foram subsidiados pela pesquisa-ação, na qual a participação dos sujeitos da universidade proporcionou um aprendizado de via dupla. Para Thiollent (2009) a pesquisa-ação consiste em atrelar pesquisa e ação, onde os "atores implicados" interagem com os pesquisadores, buscando modificar a realidade em que estão inseridos.

A opção por contextos formais e não-formais deu-se pela identificação de crianças identificadas em situação de vulnerabilidade social, especialmente, àquelas identificadas com alguma deficiência. Participaram da ação de extensão cerca de 40 crianças entre cinco e dez anos, vinculadas ao CRAS e às escolas da rede municipal de Braço do Norte/SC e, aproximadamente, 180 professores das redes de ensino dos municípios de Gravatal/SC e Florianópolis/SC. Apresentamos na sequência, as ações de extensão desenvolvidas no âmbito dos programas de extensão, pelo Paex/UDESC nº 08/2016.

4.1 A alfabetização e o Estatuto da criança e do Adolescente nas práticas curriculares da vida escolar

Esta ação de extensão teve o objetivo de aprofundar e compreender os aspectos históricos e sociais que fundamentam a inserção do ECA (BRASIL, 1990) no contexto escolar, por meio de oficinas de contação de histórias, como forma de identificar os

processos de alfabetização e as contribuições do uso da literatura infantil na garantia dos direitos educacionais de crianças e adolescentes em fase de escolarização.

O desenvolvimento dessa ação de extensão envolveu a participação de 40 crianças, vinculadas pelo CRAS e frequentando a educação infantil e ensino fundamental de escolas da rede municipal de Braço do Norte/SC e seus respectivos professores. Decorrente da ação desenvolvida, foi realizado um estudo, no qual previu o aprofundamento sobre a influência da literatura infantil nos processos pedagógicos e aprendizagens das crianças em situação de vulnerabilidade social.

Durante as intervenções com os diferentes grupos de crianças, foi utilizado a literatura infantil, de forma lúdica, a partir da contação de histórias, que propiciou aos participantes, um importante espaço de diálogo e troca de aprendizagens.

Contar, recontar, cantar, dramatizar, e, até produzir material literário, foram atividades consequentes da contação de história, que encantaram as crianças e as mobilizaram ao mundo da imaginação e da criação. Foi possível perceber que a literatura infantil contribui para que a criança se aproprie da própria cultura, como também para a produção da cultura, a partir do sentido que elas atribuem ao que está no livro de literatura infantil. Compreendemos com Cabral e Oliveira (2012, p. 902) que "[...] as crianças são membros ativos na sociedade e produtoras de cultura. Seja desenhando, seja lendo cartas, conversando com adultos ou inventando um mundo de fantasia, as crianças atuam como produtoras de cultura".

A imagem 1 expressa alguns dos momentos de intervenções com as crianças desenvolvidas nesta ação de extensão.

Imagem 1 - Leitura do livro: Ida e Volta (Autor: Juarez Machado, 2001)

Fonte: Acervo pessoal das autoras, 2017

Os registros dessa imagem mostram o envolvimento das crianças com a leitura do livro de literatura infantil que as possibilitam entrar no mundo letrado, expressar suas experiências com a oralidade e com a fala, em que cada criança atribuiu um sentido diferente, para o mesmo livro. Por se tratar de uma história sem palavras escritas propriamente, esta obra, de Juarez Machado (2001), proporcionou aos seus leitores, uma leitura por meio das imagens, acesso aos conhecimentos cognitivos do leitor e manifestações de sua criatividade e capacidade de imaginação.

Na imagem que segue, verificamos o quantos as crianças se envolveram na contação da história 'Choco encontra uma mamãe', de Keiko Kasza (2010), que abordou os conhecimentos acerca da adoção, questão muito presente no ECA (Brasil, 1990) e na vida cotidiana de boa parte das crianças.

Imagem 2: Contação da História ‘Choco encontra uma mamãe’

Fonte: Acervo pessoal das autoras, 2017

A imagem 2 expressa as interações entre as crianças e os adultos, durante o desenvolvimento da ação de extensão, principalmente, com a contação da história ‘Choco encontra uma mãe’ e que possibilitou conhecer mais profundamente a realidade familiar de cada criança.

Com a contação da história foi realizado um levantamento de dados, através de um gráfico construído de maneira lúdica com as crianças, a fim de verificar o percentual de crianças que viviam com os pais (pai e mãe), somente com o pai ou com a mãe, e ainda, as que viviam com avós, ou outros adultos responsáveis pela guarda da criança. Desses dados, verificamos que, pelo menos duas a cada 12 crianças viviam apenas com o pai ou com a mãe, e, uma a cada 12 crianças, não mora com o pai, ou, com a mãe, mas com outras pessoas extensivas à família e até mesmo, sem qualquer vínculo familiar algum, como retrato da realidade da adoção.

Com isso, "[...] a intervenção transformadora, sustentada no conhecimento tem um desígnio desinstitucionalizador, que é inerente a reconfiguração da condição da criança como sujeito de direitos" (SARMENTO, 2007, p. 42). Desse modo, compreendemos que a contação de história se constitui como uma importante prática curricular, nos contextos educacionais, para que os conteúdos do ECA (BRASIL, 1990) sejam trabalhados integrados aos diferentes conhecimentos curriculares.

4.2 Oficina 'Contando e (re)contando os direitos das crianças e dos adolescentes na educação básica: inclusão, diversidade e cidadania'

Esta oficina se constituiu numa outra ação de extensão, que teve o objetivo de conhecer e compreender os direitos das crianças e adolescentes, a partir dos conteúdos do ECA (Brasil, 1990), pela contação de histórias e musicalidade, com ênfase na inclusão da diversidade e cidadania. A ação de extensão foi desenvolvida com, aproximadamente, professores das redes de ensino dos municípios de Gravatal/SC e Florianópolis/SC.

As oficinas foram realizadas no decorrer do segundo semestre de 2017 e, por se tratar de formação continuada de professores, o foco das intervenções com os participantes, centrou-se em abordar os conhecimentos relativos aos direitos humanos de crianças e adolescentes, constituídos especificamente, pelo ECA (Brasil, 1990), contando e cantando histórias.

A imagem 3 traduz o movimento dos professores durante a realização da oficina de contação de história.

Imagem 3: Oficina de contação de histórias com os professores

Fonte: Acervo pessoal das autoras, 2017

No decorrer das oficinas pudemos perceber o envolvimento dos professores nas atividades propostas, as quais, de uma maneira muito lúdica, com interações de brincadeiras e canções de roda, proporcionaram aos participantes momentos emocionantes, onde os mesmos foram resgatando memórias da infância, compartilhadas com o grupo.

Estas situações vivenciais reforçam nossa compreensão de que a contação de histórias se constitui num momento muito significativo, não só para crianças, mas também para os adultos, que acabam se envolvendo com a formação delas, os professores. A própria atividade mobiliza a imaginação e o trânsito entre o fictício e o real, como destaca Rodrigues (2005). Essa possibilidade de transitar entre o fictício e a realidade, provoca a sensação de trazer para o mundo real o imaginário, em que "os fatos, as cenas e os contextos são do plano

do imaginário, mas os sentimentos e as emoções transcendem a ficção e se materializam na vida real" (Rodrigues, 2005, p. 4).

Considerações Finais

Poderíamos finalizar trazendo as mais diferentes experiências e resultados obtidos, visto que, as duas ações envolveram públicos distintos os quais apresentaram diferentes e importantes respostas, tanto na intervenção realizada com as crianças e adolescentes atendidos pelo CRAS, como na oficina de contação de histórias com os professores da educação básica.

Contudo, cumpre dizer, que a ação desenvolvida com as crianças e seus respectivos professores, contribuiu significativamente, para os desdobramentos do trabalho de conclusão do curso (TCC), do Curso de Pedagogia CEAD/UDESC, das bolsistas de extensão envolvidas, que teve como título "As contribuições da literatura infantil nas práticas educacionais e na formação docente" (GIN, et al, 2017).

A contação da história Pelegrino e Petrônio, de Ziraldo (1983), foi uma das referências, que viabilizou acessar conhecimentos sobre o ECA, na escolarização das crianças. Conforme as autoras,

> Seguimos na proposta de identificar os lados (direito e esquerdo do corpo) através da contação da história do livro de Ziraldo (1983) Pelegrino e Petrônio. As crianças tiveram a oportunidade de recontar a história para os colegas, alguns mostravam-se envergonhados, outros mais desinibidos, mas todo maravilhados pelo livro como parte da interação na aula. Apesar de no final da contação as crianças conseguirem identificar cada pé, como direito e esquerdo, o momento mais significativo desta proposta foram as brincadeiras que as crianças faziam enquanto estamos pintando os pés dos colegas.
> Três meninas sentadas perto dos sapatos que ficaram espalhados pela sala, (por conta da atividade de pintar os pés) brincavam com os pares de sapato, atribuindo diálogo entre os sapatos:
>
> Aluna1: Bom dia! Eu sou o pé direito
>
> Aluna2: Bom dia! Eu sou o pé esquerdo, vamos brincar?

> Impelidas pela vontade de contar outras histórias além das que elas ouviram, as crianças continuaram a brincadeira, utilizando os sapatos como "atores" nos diálogos. [...] A brincadeira após a contação de história permitiu às crianças adentrar no mundo imaginário, onde elas constroem histórias a partir de seus conhecimentos cognitivos e dos novos conhecimentos que foram construídos durante a contação. Desta maneira elas representam o mundo a sua volta e dão significado aos objetos. (Gin, et al, 2017, p. 31).

Essas relações sociais possibilitaram organizar os processos pedagógicos nos contextos educacionais, constituindo-se em estratégias e procedimentos utilizados para aprender e ensinar e são caracterizados como "[...] ações/atividades/comportamentos/formas de se organizar e acionar a movimentação da construção do saber, do processo de aprendizado" (Amaro, 2009, p. 49).

Com isso, uma organização, a partir das ações de extensão, cujo tema focou na literatura infantil, por meio da contação de histórias, desencadeia uma série de aprendizagens, mediadas pelas interações das crianças e até mesmo de seus professores. Kishimoto (2010) aponta a literatura infantil como possibilidade de vivenciar experiências narrativas, de apreciar e interagir com a linguagem oral e escrita, de conviver com diferentes suportes e gêneros textuais, orais e escritos.

Ao finalizarmos as ações de extensão e os estudos realizados, verificamos o quanto foi significativo essas ações para os participantes envolvidos. Contribuiu para o desenvolvimento da imaginação, atenção, memória e até da criação literária, assim como possibilitou um rompimento com o pedagógico estático, por envolver diretamente as crianças nas atividades por intermédio da linguagem artística.

Os momentos literários vividos nas ações de extensão com as crianças e professores contribuíram também para compreender melhor diferentes situações que ainda lhes são estranhas ou desconhecidas, como as interações das brincadeiras e a literatura infantil nos processos de aprendizagem. Contudo, o percurso de estabelecer uma relação mais estreita com os conhecimentos presentes no ECA (Brasil, 1990) com os contextos educacionais, ainda são desafiadores, considerando que as políticas voltadas à garantia dos direitos

fundamentais de crianças e adolescentes precisam estar presentes na formação de professores, tanto na formação inicial quanto na formação continuada.

Referências

Abramovich, Fanny (1997). **Literatura infantil**: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione.

Amaro, D. G. (2009). **Análise de procedimentos utilizados em uma proposta de formação contínua de educadores em serviço para a construção de prática inclusivas**. 2009. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo: SP.

Ariès, Philippe. (1981). **História Social da Criança e da Família.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

Bettelheim, Bruno (2002). **A psicanálise dos contos de fadas**. Tradução de Arlene Caetano. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Borba, Ângela Meyer (2007). O brincar como um modo de ser e estar no mundo. In: Brasil, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Ensino Fundamental de nove anos**: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília, DF, p. 33-45.

Brasil (2007). Lei Nº 11.525, de 25 de Setembro de 2007. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2007/lei-11525-25-setembro-2007-560129-publicacaooriginal-82724-pl.html. Acesso em jul. 2014.

Brasil (1990). Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990: Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 26 de abr. 2014.

Cabral, Gladir da Silva; Oliveira, Eloisa Rosa (2012). A mala de Hanna e a boneca viajante: história, narração e literatura infantil. **Revista Perspectiva:** Florianópolis, v. 30, n. 3, 891-907, set./dez.

Cagneti, Sueli de Souza (1996). **Livro que te quero livre**. Rio de Janeiro: Nórdica.

Coelho, Betty (1997). **Contar histórias**: uma arte sem idade. – São Paulo: Ática.

Coelho, Nelly Novaes (2009). **Literatura Infantil**: teoria–análise–didática. São Paulo: Moderna.

Gin, Camila Aparecida Macedo; Bloemer, Fabrícia; Speck, Josiane Alves da Silva; Silva, Juliana Martins (2017). **As contribuições da literatura infantil nas práticas educacionais e na formação docente**. Braço do Norte.

Jolibert, J. (1994). **Formando crianças leitoras**. Porto Alegre: Artes Médicas.

Kasza, Keiko (2010). **Choco encontra uma mamãe**.

Machado, Juarez (2001). **Ida e Volta**. Rio de Janeiro: Agir.

RODRIGUES, Edvânia Braz Teixeira (2005). **Cultura, arte e contação de histórias.** Goiânia.

Sarmento, Manuel Jacinto (2015). Uma agenda crítica para os Estudos da Criança. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 1, p. 31-49, jan./abr.

Thiollent, Michel (2009). **Pesquisa-ação nas organizações**. 2.ed. São Paulo: Atlas.

Vygotsky, Levi S. (1987). A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes.

Ziberman, Regina (1981). **A literatura Infantil na Escola**. São Paulo: Global.

Ziraldo (1983). **Pelegrino e Petrônio**. São Paulo: Editora Melhoramentos.